



HOSPITAL INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS
Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
Com Relatório dos Auditores Independentes

Hospital Infantil Francisco de Assis

SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2-4
Balanco Patrimonial	5
Demonstração do Resultado dos Exercícios	6
Demonstrativo do Resultado Abrangente dos Exercícios	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Notas Explicativas	11-28

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Senhores Administradores e associados do
Hospital Infantil Francisco de Assis
Rua Coronel Guardia nº 100, Centro
Cachoeiro de Itapemirim (ES)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HOSPITAL INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS, doravante denominada "Hospital", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL INFANTIL FRANCISCO DE ASSIS em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do gênero.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, na qual consta a divulgação de que o HIFA se acha envolvido em demandas judiciais no valor de R\$ 4.414.598, que na opinião dos seus assessores jurídicos, são consideradas como sendo de possível perda, circunstância que não requer a constituição de provisão. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outros Assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela Entidade. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, também foram por nós auditadas, e nosso relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, datado de 27 de março de 2023, não continha ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades do gênero e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Hospital continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Hospital são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Hospital.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Hospital. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Hospital a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Vitória (ES), 26 de março de 2024. D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S Ideraldo Luiz A. de Moraes CRC-ES 002282/O Contador CRC-ES 009503/O-0 Antonio Marcos Rocha Contador CRC-ES 020764/O-

Vitória (ES), 26 de março de 2024.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O



Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0



Antonio Marcos Rocha
Contador
CRC-ES 020764/O-3



Apresentação das Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$)

Ativo	Nota	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	Passivo	Nota	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Ativo Circulante		21.216.178	26.617.222	Passivo Circulante		35.084.980	31.763.093
Caixa e equivalentes de caixa - Recurso livre	4 (a)	7.449.714	8.466.486	Fornecedores		3.050.698	3.587.228
Caixa e equivalentes de caixa - Recurso com Restriç	4 (b)	4.401.558	6.973.846	Obrigações Trabalhistas	10	12.721.787	9.990.691
Contas a Receber	5 (a)	5.196.111	7.327.389	Obrigações Tributárias	14	244.374	185.099
Estoques	6	2.838.416	2.715.094	Empréstimos e Financiamentos	11 (a)	2.942.768	1.247.500
Adiantamentos Diversos	7	1.239.911	994.245	Subvenções a Realizar	12 (a)	2.447.422	6.033.059
Despesas Antecipadas		90.468	140.162	Receitas Diferidas	12 (b)	13.001.756	10.064.832
				Outras Obrigações		676.175	654.684
Ativo não Circulante		49.899.429	39.579.478	Passivo não Circulante		2.397.110	3.415.513
Investimento		184.487	160.544	Emprestimos e obrigações de longo prazo	11 (b)	1.980.988	2.953.029
Imobilizado	8	49.313.978	39.001.016	Obrigações Tributárias	14	231.122	301.751
Intangível	9	100.607	117.561	Provisões Litígios Judiciais	13 (a)	185.000	160.733
Contas a Receber - Contratos Públicos	5 (b)	300.357	300.357	Patrimônio Social		33.633.517	31.018.094
				Patrimônio Social		25.886.046	23.235.408
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.377.600	1.412.816
				Fundo de Ensino e Desenvolvimento	3, 18	6.369.871	6.369.871
Total		71.115.607	66.196.700	Total		71.115.607	66.196.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$)

	Nota	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Receita Operacional			
Serv. Prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS	21	140.042.882	108.142.600
Serviços Prestados à Pref. Municipal de Cach. de Itapemirim		8.011.837	7.104.036
Serviços Prestados a Pref. Municipal de Guarapari		6.111.355	5.164.070
Serviços Prestados a Outros Convênios		5.825.617	4.170.530
Serviços Prestados a Particulares		889.866	889.128
Receitas com Captação de Recursos		2.326.397	1.906.322
Receitas com Doações	21	234.017	480.072
Receitas reconhecida com Isenção Previdenciária e Fiscal	21	34.825.747	28.888.077
Receitas com Voluntariado	18	126.888	126.745
Outras Receitas Operacionais		543.644	452.266
	16	198.938.248,26	157.323.845
Custos dos Serviços Prestados	17	(142.890.247)	(108.458.575)
Superávit Bruto		56.048.001	48.865.270
Despesas Operacionais			
Despesa reconhecida Isenção Previdenciária e Fiscal	21	(34.825.747)	(28.888.077)
Despesas com Voluntariado	18	(126.888)	(126.745)
Despesas Gerais e Administrativas		(19.069.261)	(14.537.400)
Constituições de Perdas		(147.358)	(174.692)
Superávit Operacional		1.878.748	5.138.357
Receitas Financeiras		1.459.383	251.981
Despesas Financeiras		(722.709)	(1.613.535)
Superávit/Déficit do Exercício		2.615.422,50	3.776.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$)

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Superávit líquido do exercício	2.615.422	3.776.802
Realização do Custo Atribuído	35.215	35.215
Fundo de Ensino e Desenvolvimento	6.369.871	6.369.871
Total do resultado abrangente	<u>9.020.509</u>	<u>10.181.888</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) do Exercício	Total patrimônio social
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.425.810,48	1.445.613,06	-	20.871.421,54
Superávit do Exercício	3.776.801,90	-	3.776.801,90	3.776.801,90
Incorporação ao Patrimônio Social	35.215,39	(35.215,39)	(3.776.801,90)	-
Realização do Custo Atribuído de 2022	6.369.870,88	-	-	6.369.870,88
Fundo de Desenvolvimento e Educação				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.607.699,65	1.410.397,67	-	31.018.094,32
Superávit do Exercício	2.615.422,50	-	2.615.422,50	2.615.422,50
Incorporação ao Patrimônio Social	35.215,39	(35.215,39)	(2.615.422,50)	-
Realização do Custo Atribuído de 2021				-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.258.337,54	1.375.182,28	-	33.633.516,82

Handwritten signature and initials in blue ink.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais – R\$)

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	2.615.422	3.776.802
Aumento (diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:		
- Baixas do ativo imobilizado/intangível	26.529	181.778
- Depreciação e amortização	3.410.330	2.884.188
- Realização do Demeed Cost	35.215	35.215
- Integralização de Capital pela realização do ajuste de avaliação patrim	(35.215)	(35.215,39)
- Provisão para Contingência	24.267	140.733
Variações nos ativos e passivos:		
- Contas a receber	2.131.278	4.061.956
- Estoques	(123.322)	54.914
- Adiantamentos diversos	(245.666)	971.157
- Despesas antecipadas	49.694	(68.897)
- Fornecedores	(536.530)	1.094.595
- Obrigações trabalhistas	2.731.096	594.160
- Obrigações tributárias	(11.353)	(25.738)
- Outros obrigações	21.491	(88.128)
Recursos gerados (consumidos) nas atividades operacionais	<u>10.093.235</u>	<u>13.577.520</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
- Aquisições de investimentos	(23.943)	6.352.700
- Aquisições de ativo imobilizado/intangível	(13.732.866)	(7.209.959)
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de investimentos	<u>(13.756.809)</u>	<u>(857.259)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
- Empréstimos/Financiamentos bancários	723.227	(5.151.190)
- Subvenções	(648.713)	5.553.610
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	<u>74.514</u>	<u>402.421</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(3.589.060)</u>	<u>13.122.681</u>
Aumento (redução) das disponibilidades		
No início do período	15.440.332	2.317.651
No final do período	<u>11.851.272</u>	<u>15.440.332</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(3.589.060)</u>	<u>13.122.681</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$)

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
A - RECEITAS	198.938.248	157.323.845
Receitas de Contratos de Prestação de Serviços de Saúde	160.881.556	125.470.364
Captação de Recursos e Doações	37.490.398	31.274.470
Outras Receitas	566.294	579.011
B - MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS	79.993.882	60.697.019
Materiais e Suprimentos Hospitalares	25.139.777	20.457.522
Serviços de Terceiros	54.706.747	40.064.806
Outros Custos da Atividade	147.358	174.692
C - VALOR ADICIONADO BRUTO (A - B)	118.944.366	96.626.826
D - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.612.144	3.023.917
E - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (C - D)	115.332.223	93.602.909
F - VALOR RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.459.383	251.981
Resultados Financeiros	1.459.383	251.981
G - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (E + F)	116.791.606	93.854.890
DEMONSTRAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	116.791.606	93.854.890
Despesas com Pessoal, Encargos e Contribuições Sociais	113.453.475	88.464.553
Remuneração de Capitais de Terceiros - Despesas Financeiras	722.709	1.613.535
Superávit / Déficit do Exercício	2.615.422	3.776.802



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Infantil “Francisco de Assis”, fundado em 30 de novembro de 1969, é uma associação civil de caráter filantrópico e de assistência social, reconhecida e declarada de utilidade pública pela publicação no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 1991, na forma do decreto federal nº 50.517, de 2 de maio de 1961, Lei estadual nº 2.729 de 9 de outubro de 1972, e Lei municipal nº 1.389, de 23 de abril de 1970, tem por missão assistir integralmente a saúde da mulher e da criança com segurança e sustentabilidade. Ressaltamos nesse contexto, que em 28 dezembro de 2018 o HIFA também passa a oferecer o serviço de maternidade, na sua unidade Sede, sendo a prestação de serviço a gestante de risco habitual a partir de 02 de janeiro de 2019. Complementarmente no exercício de 2021 o HIFA passou a oferecer serviço a gestantes de alto risco.

É composto pela unidade hospitalar Hospital Infantil “Francisco de Assis” especializada em maternidade risco habitual e alto risco, assim como UTI Neonatal e UTI Geral instalada no bairro Sumaré; pela unidade denominada HIFA - Hospital do Aquidaban, que oferece serviço de PAI- Pronto Atendimento Infantil e ambulatorial, de especialidades médicas pediátricas, assim como o serviço de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI e enfermagem adulto; pela unidade denominada Policlínica Gente, que oferece os serviços de atendimento laboratorial, audiológico, primando pelo diagnóstico precoce da deficiência auditiva, juntamente dos serviços prestados de Medicina Ocupacional que oferece serviços de diagnose em saúde do trabalhador; pela Unidade Instituto da Criança, um ambulatório que faz parte da Residência Médica, onde são realizadas consultas de Puericultura; pela filial instalada no Município de Guarapari - ES, a unidade HIFA Guarapari, que oferece atendimento de pronto atendimento infantil com estrutura hospitalar especializada na atenção materno-infantil.

2. REGISTROS E INSCRIÇÕES LEGAIS

- Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social na área da Saúde, concedido pela Secretária de Atenção a Saúde, órgão do Ministério da Saúde com validade até 31 de dezembro de 2025;
- Certificado de Organização Social na área da Saúde emitido em 24 de janeiro de 2013, Processo número 60244666.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros. Nos aspectos não abordados por esta interpretação, aplicou-se a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, portanto,

Way
W

estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Entidade.

3.2. Regime de escrituração

Regime de competência na escrituração de todos os seus ativos, passivos, receitas e despesas. Em cumprimento ao disposto no Art. 25, Inciso II, alínea "d" da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, que trata da análise e decisão sobre os processos de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde, a Entidade reconheceu em suas demonstrações de resultado, o benefício fiscal usufruído nas atividades hospitalares.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4. Aplicações financeiras

Estão registradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "*pro rata temporis*".

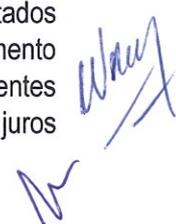
O reconhecimento da receita com os rendimentos das aplicações financeiras decorrentes dos recursos de subvenções recebidas está condicionado à efetiva realização da subvenção.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação e rentabilidade atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, variando entre 94% e 97% do referido índice.

3.5. Instrumentos financeiros

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. São contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva.



A Entidade não possui ativos financeiros que requerem a mensuração ao valor justo por meio do resultado e empréstimos.

3.6. Créditos a receber

Os créditos a receber, resultantes de convênios firmados junto à iniciativa estatal, empresas e operadoras de planos de saúde, estão registrados pelo valor de realização.

3.7. Estoques

Os estoques de medicamentos, materiais hospitalares, laboratório e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição não aplicada a metodologia ao preço justo, devido a sua alta rotatividade.

3.8. Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens. Como previsto na resolução NBC TG 27 – (R4) - Ativo Imobilizado, a Entidade realizou um estudo para análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, com efeito no exercício de 2013. Aos bens adquiridos após esta data, são utilizadas as taxas fiscais de depreciação, conforme IN RFB nº 1700, de 14 de março de 2017. Sendo para edificação 4% ao ano, instalação, moveis, equipamentos hospitalares, maquinas e equipamentos utiliza-se a taxa de 10% ao ano, veiculos e equipamentos de informatica 20% ao ano.

3.9. Intangível

Está representado por licenças de uso de softwares e direito de uso de linha telefônica, que são capitalizados com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo de softwares para sua utilização. Os custos de softwares são amortizados pela vida útil estimada de 5 (cinco) anos, sendo a taxa de amortização utilizada de 20% ao ano.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.



3.12. Empréstimos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias.

3.13. Subvenções Governamentais

(a) Subvenções para custeio

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções a Realizar", e apropriadas como receita quando da utilização do recurso para custeio das atividades hospitalares.

(b) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição que serão de propriedade da Entidade. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções a Realizar", e apropriadas como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, recepcionado pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.14. Processos judiciais

A Entidade é parte em processos judiciais, conforme descrito na Nota nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos.

3.15. Demais passivos circulantes

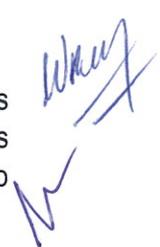
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos incorridos.

3.16. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

3.17. Apuração do superávit ou déficit

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço



tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos. A Entidade obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as Entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal foi reconhecido na demonstração contábil e em Nota 18 como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

3.18. Doações

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas.

3.19. Despesas com Doações

A Entidade realizou no exercício de 2022 na rubrica Despesas com Doações o valor de R\$435.000 para complementar os valores referente a constituição do plano de saúde Trino, em parceria com os Hospitais Filantropicos, Santa Casa e Hospital Evangélico, ambos de Cachoeiro de Itapemirim.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa (recurso livre)	86.574	110.517
Banco conta movimento (recurso livre)	29.945	95.233
Banco conta movimento (recurso com restrição)	704.759	162.948
Aplicações financeiras (recurso livre)	7.333.195	8.259.923
Aplicações financeiras (recurso com restrição)	3.696.799	6.811.711
	<u>11.851.272</u>	<u>15.440.332</u>

5. CONTAS A RECEBER

(a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sistema Único de Saúde – SUS	2.202.083	3.119.835
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	-	169.136
Prefeitura Municipal de Guarapari	1.972.968	827.677
Operadoras de Plano de Saúde	686.115	510.321
Pacientes Particulares	48.309	5.644
Outros Convênios	286.636	2.694.776
	<u>5.196.111</u>	<u>7.327.389</u>

Levando-se em consideração a análise da recuperabilidade dos valores a receber, a Administração julgou não ser necessária a constituição de provisão para a cobertura de eventuais perdas.

- (b) A rubrica da Contas a Receber no Ativo Não Circulante, trata-se do montante em aberto da Prefeitura de Atílio Vivacqua que foi transferido do Ativo Circulante, o mesmo foi parcialmente recebido em 2022, e está sendo tratado na esfera judicial, com expectativa favorável ao HIFA, contudo não é possível mensurar o período previsto de recebimento integral.

6. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2023, os estoques do Hospital Infantil Francisco de Assis eram assim compostos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais Médico Hospitalares e Medicamentos	1.992.099	1.960.894
Materiais de Laboratório	222.129	205.873
Almoxarifado	624.188	548.327
	<u>2.838.416</u>	<u>2.715.094</u>

7. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento a Fornecedor	477.357	560.067
Depósitos Judiciais ⁽ⁱ⁾	2.500	7.504
Outros Créditos	760.054	426.674
	<u>1.239.911</u>	<u>994.245</u>

8. IMOBILIZADO

				<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Impairment</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Edificações	10.073.459	(2.710.385)	-	7.363.074	7.578.142
Instalações	841.649	(801.908)	-	39.741	9.687
Máquinas e Equipamentos	2.902.291	(1.092.512)	(8.564)	1.801.215	807.559
Equipamentos de Informática	4.142.806	(2.713.574)	(29.339)	1.399.893	710.439
Móveis e Utensílios	3.710.437	(1.486.567)	-	2.223.871	1.095.098
Veículos	1.459.588	(912.492)	-	547.096	533.123
Terrenos	9.054.847	-	-	9.054.847	7.557.849
Equipamentos Hospitalares	29.636.763	(13.071.134)	(28.442)	16.537.187	11.335.107
Rouparia	91.391	(91.391)	-	-	-
Benfeitoria em Imóveis de terceiros	1.305.543	(917.416)	-	388.127	-
Imobilizado em Andamento	9.958.928	-	-	9.958.928	5.339.444
	<u>73.177.702</u>	<u>(23.797.379)</u>	<u>(66.345)</u>	<u>49.313.979</u>	<u>34.966.447</u>

Com base no pronunciamento técnico CPC 01 (R1), recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e suas alterações, aprovada pela Resolução CFC nº 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, a Entidade deve

aplicar procedimentos objetivando que seus ativos não financeiros estejam registrados por valor que não exceda seus valores de recuperação, seja pelo uso ou pela venda desses ativos. No caso de se verificar que o valor recuperável desses ativos seja inferior ao seu valor contábil, a diferença deve ser reconhecida como perda por desvalorização. Em 31 de dezembro de 2015 a Administração considerou a existência de indícios de que os ativos estariam contabilizados por valor superior ao seu valor recuperável e identificou necessidade de reconhecimento de perda de R\$66.345 naquela data, para fins de apresentação, o custo em 31 de dezembro de 2016 foi apresentado líquido da perda reconhecida no exercício de 2015. Em 31 de dezembro de 2023 a Administração realizou o teste de Impairment e constatou não ter indícios que identificasse necessidade de reconhecimento de perda dos ativos não financeiros.

A Entidade, a partir da CTG 1000 – Adoção Plena da NBCTG 1000 publicada em 30 de agosto de 2013 optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de seu ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013 pelos seus valores justos. A avaliação foi realizada por item de ativo imobilizado considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento, entre outras peculiaridades do negócio da Entidade. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado antes e após essa revisão está evidenciada em laudo técnico elaborado internamente. O Patrimônio Social foi aumentado, reconhecendo na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, o valor de R\$2.923.171.

8.1. Movimentação do ativo imobilizado

	Custo em 2022	Adições	Baixas	Custo em 2023
Edificações	9.781.289	293.002	(832)	10.073.459
Instalações	823.457	23.000	(4.808)	841.649
Máquinas e Equipamentos	2.020.961	887.927	(6.597)	2.902.291
Equipamentos de Informática	3.322.276	836.455	(15.926)	4.142.805
Móveis e Utensílios	2.784.185	1.034.166	(107.913)	3.710.438
Veículos	1.343.915	262.737	(147.065)	1.459.587
Terrenos	7.877.849	1.176.998	-	9.054.847
Equipamentos Hospitalares	23.290.736	7.757.043	(1.411.015)	29.636.764
Rouparia	91.391	-	-	91.391
Benfeitoria Imóveis de Terceiros	931.637	373.906	-	1.305.543
Imobilizado em Andamento	7.203.218	2.898.151	(142.441)	9.958.928
Impairment	(66.345)	-	-	(66.345)
	59.404.569	15.543.385	(1.836.597)	73.111.357



9. INTANGÍVEL

	2023		2022	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Software	1.657.631	(1.567.572)	99.202	116.156
Direito de Uso de Linha	1.405	-	1.405	1.405
	1.659.036	(1.567.572)	100.607	117.561

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Ordenados a Pagar	3.893.354	3.105.335
Obrigações com Férias e Encargos	6.983.149	5.478.011
Encargos e Obrigações Sociais	1.653.280	1.315.589
Outras Obrigações	192.004	91.756
	12.721.787	9.990.691

11. EMPRÉSTIMOS

(a) Referem-se a recursos para capital de giro, obtidos em instituições financeiras privadas, remunerados por taxas de juros, para os quais foram dadas garantias na forma de aval, e são demonstrados conforme segue:

Banco/Operação	Taxa (a.a)	2023	2022
		Total	Total
Banestes – Conta Garantida	20,56	941.654	132.041
Sicoob Sul – Empréstimo Capital de Giro	3,71	-	-
Sicoob Sul - Financiamento	4,08	27.226	40.530
Santander – Empréstimo Capital de Giro	6,90	-	-
Santander - Financiamento	11,60	740.062	570.395
Banestes – Empréstimo Capital de Giro	3,53	1.587.605	1.036.044
(-) Encargos a Transcorrer		(353.779)	(531.510)
		2.942.768	1.247.500

(b) Referem-se a recursos para capital de giro e financiamentos com parcelas vencíveis de longo prazo, obtidos em instituições financeiras privadas



	2023	2022
Santander - Financiamento	279.198	918.217
Banestes – Emprestimo Capital de Giro	1.260.836	2.526.367
(-) Encargos a Transcorrer	(402.379)	(491.555)
Demais obrigações de longo prazo	843.333	-
	1.980.988	2.953.029

12. SUBVENÇÕES

(a) Subvenções a Realizar

Referem-se aos recursos recebidos e ainda não utilizados. Em 31 de dezembro de 2023 estão representados pelos seguintes convênios:

	2023	2022
877908/2018 – Ministério da Saúde	-	40.115
883549/2019 – Ministério da Saúde	-	63.264
9026/2019 – Secretaria Estadual de Saúde	-	1.100
9019/2020 – Secretaria Estadual de Saúde	216.349	431.423
9029/2020 – Secretaria Estadual de Saúde	-	11.541
907964/2020 – Ministério da Saúde	51.971	141.907
033/2020 – Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	712	679
9040/2021 – Secretaria Estadual de Saúde	-	10.351
9062/2019 – Secretaria Estadual de Saúde	-	23.409
914240/2021 – Ministério da Saúde	-	10.068
917583/2021 – Ministério da Saúde	483.403	500.000
917365/2021 – Ministério da Saúde	248.869	247.168
915922/2021 – Ministério da Saúde	-	7.431
004/2021 – Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	-	7.070
916519/2021 – Ministério da Saúde	-	6.606
9014/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	-	7.126
9024/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	907.755	2.396.035
001/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	-	159.367
014/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	-	16.653
9042/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	26.183	161.979
9038/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	55.571	102.269
929447/2022 – Ministério da Saúde	8.295	234.151
929488/2022 – Ministério da Saúde	49.053	618.350
929931/2022 – Ministério da Saúde	12.148	700.000
Termo de Cooperação 2022/ – Sicoob	-	29.993
9062/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	211	10.000
9056/2022 – Secretaria Estadual de Saúde	60.178	95.000
Portaria Nº96/2023 – Ministério da Saúde	11.243	-
037/2023 – Secretaria Estadual de Saúde	150.004	-
051/2023 – Secretaria Estadual de Saúde	165.004	-
Outras Subvenções a Realizar	472	-
	2.447.422	6.033.058

(b) Receitas Diferidas - Subvenções

Referem-se aos bens adquiridos por meio de subvenções destinadas a investimentos. As receitas diferidas são reconhecidas no resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, conforme determinação o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

(c) Receitas Diferidas – Subvenção a apropriar

Refere-se a este valor os recursos adquiridos através de MAC para compra de insumos materiais hospitalares e medicamentos, mas que não se efetivou o custo de suprimentos em 2022, devendo ser apropriado no decorrer do próximo exercício.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas Diferidas - Subvenções	13.001.756	10.064.832
	<u>13.001.756</u>	<u>10.064.832</u>

13. PROCESSOS JUDICIAIS

A Entidade é parte envolvida (como ré) em ações judiciais de natureza tributária e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Entidade, o montante dos processos classificados em 31 de dezembro de 2023 com probabilidade de perda provável perfaz o montante de R\$185.000. Os processos que envolvem riscos de perda classificados na avaliação de nossos consultores jurídicos como possíveis não foram provisionados e totalizam o valor de R\$ 4.414.598

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	28.222	21.802
PIS/ COFINS/ CSLL Retidos na Fonte a Recolher	119.378	76.236
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	86.670	82.296
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	10.104	4.765
	<u>244.374</u>	<u>185.099</u>
Não circulante		
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	231.122	301.751
	<u>231.122</u>	<u>301.751</u>

Wany

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme Estatuto Social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao Patrimônio Social.

Em 31 de dezembro de 2023 foi incorporado ao Patrimônio Social o superávit do exercício de 2023 no montante de R\$ 2.615.422 (superávit de R\$ 3.776.802 em 2022).

15.1. Fundo de Ensino e Desenvolvimento

A administração da Entidade, entendendo a necessidade estratégica de implementar um programa de desenvolvimento do seu quadro de colaboradores, incluindo a incorporação de novas tecnologias, visando o aprimoramento das práticas nos processos de cuidado, gestão e ensino no contexto hospitalar, deliberou pela constituição de um Fundo de Ensino e Desenvolvimento, cujos recursos serão aplicados mediante programa previamente aprovado pela administração da Entidade.

16. RECEITA OPERACIONAL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas com Atividades de Saúde		
Contratualização Sesa (SUS)	140.042.882	108.142.600
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	8.011.837	7.104.036
Prefeitura Municipal de Guarapari	6.111.355	5.164.070
Serviços Prestados a Convênios	5.825.617	4.170.530
Serviços Prestados a Particulares	889.866	889.128
	<u>160.881.556</u>	<u>125.470.364</u>
Receitas com Atividades Institucionais e Outras		
Programa Telemarketing	202.560	231.666
Receita com Isenção Previdenciária e Fiscal	34.825.747	28.888.077
Outras Receitas	904.548	1.059.083
	<u>35.932.855</u>	<u>30.178.826</u>
Receitas com Auxílios, Subvenções e Convênios Públicos		
Subvenções OGE	757.570	461.536
Subvenções OGU	1.334.802	1.213.119
Outras Subvenções	31.465	-
	<u>2.123.836</u>	<u>1.674.655</u>
	<u><u>198.938.247</u></u>	<u><u>131.737.532</u></u>

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal	78.627.728	59.576.476
Materiais e Suprimentos	25.139.777	20.457.522
Serviços Médicos	36.143.555	26.116.678
Manutenção de Equipamentos Hospitalares	387.299	157.716
Serviço de Lavanderia	1.195.229	1.234.183
Manutenção de Equipamentos	766.856	445.349
Serviços Laboratoriais	629.803	470.651
	<u>142.890.247</u>	<u>108.458.575</u>

18. TRABALHO VOLUNTARIADO

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável às Entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2023.

O valor de trabalho voluntário reconhecido com base em valores de mercado correspondente a R\$126.888 (R\$126.745 em 2022) e se refere à remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Tal valor não teve o desembolso de caixa sendo reconhecidos, em 2022, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Considerações Gerais

A Entidade participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio da definição de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Os empréstimos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Certos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que a Entidade possui (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar) são avaliados pelo custo amortizado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 - "Instrumentos Financeiros", recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da NBC TG 39, aprovada pela Resolução CFC nº 1.197/09 e suas alterações.

O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existem instrumentos financeiros na forma de derivativos nem de risco semelhante.

(b) Gestão do Risco de Capital e Liquidez

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e continuar investindo na sua atividade-fim, que é a de assistência social.

20. SEGUROS CONTRATADOS (não auditado)

Os veículos, segurados na modalidade automóveis/valor de mercado referenciado, com vigência entre 23 de abril de 2023 e 19 de novembro de 2024, estão dentro dos limites técnicos julgados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, em 2023 e 2022. Foram contratados seguros para os imóveis com vigência entre 25 de maio de 2022 e 25 de abril de 2023.

21. IMUNIDADE / ISENÇÃO DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDOS

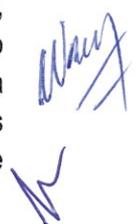
A Entidade está imune/isenta do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na Nota nº 2, por atender aos requisitos contidos na Lei nº 12.101/09, do Decreto nº 7.237/10, e Portaria nº 1.970/11, assim como da alínea "c", item VI, art. 150, da Constituição Federal e, também, alínea "c", do item IV, art. 9º, do Código Tributário Nacional, sendo beneficiária no exercício dos seguintes benefícios:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Isenções		
INSS	18.122.888	16.783.865
COFINS	4.258.284	3.335.339
IRPJ	2.832.856	2.217.559
CSLL	1.532.982	1.200.722
ISS	8.078.736	5.350.592
	<u>34.825.747</u>	<u>28.888.077</u>

A Entidade evidenciou doações recebidas de R\$ 234.017 (R\$480.072 em 2022), enquanto as receitas com captação de recursos de iniciativa privada com o programa telemarketing totalizou R\$202.560 (R\$231.666 em 2022), com a captação estatal R\$1.674.655 (R\$3.571.250 em 2021) do reconhecimento das receitas de subvenções realizadas no exercício.

O total do benefício encontra-se aplicado integralmente na manutenção das internações SUS, ambulatório SUS, educação continuada para funcionários e outras operações sociais do Hospital.

A Instituição atendeu ao SUS - Sistema Único de Saúde acima de 60% de sua capacidade instalada, cumprindo o disposto na Lei nº 12.101/09 e no Decreto nº 7.237/10. O critério utilizado para a mensuração dos custos com gratuidade considera a prestação de serviços em que o beneficiário não é obrigado a nenhuma contraprestação para fazer jus aos mesmos, considerando a valoração dos procedimentos realizados com base nas tabelas de pagamentos do SUS, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$140.042.882 (R\$108.142.600 em 2022).



22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC nº 1.425/13, de 25 de janeiro de 2013, e suas alterações, benefícios a empregados são todas as formas de compensação proporcionadas pela Entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Dentre outros, tais benefícios incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada e licença médica remunerada. O número de empregados da Entidade existente em 31 de dezembro e respectivos benefícios no exercício foram os seguintes:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Unidade – Cachoeiro de Itapemirim		
Nº de Empregados	1.302	1.073
Salários e Ordenados	61.907.349	47.518.909
Auxílio Educacional	59.380	34.140
Cursos e Treinamentos	25.677	6.633
	<u>61.992.406</u>	<u>47.559.682</u>

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Unidade – Filial Guarapari		
Nº de Empregados	337	220
Salários e Ordenados	16.627.284	11.994.435
Auxílio Educacional	-	2.950
Cursos e Treinamentos	8.038	19.409
	<u>16.635.322</u>	<u>12.016.794</u>

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Unidade – Matriz + Filial		
Nº de Empregados	1.639	1.293
Salários e Ordenados	78.534.633	59.513.344
Auxílio Educacional	59.380	37.090
Cursos e Treinamentos	33.715	26.041
	<u>78.627.728</u>	<u>59.576.476</u>

23. RESULTADOS SOCIAIS

Conforme requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades beneficentes de assistência social, especificamente na seção I Art. 4º, a Entidade ofereceu a prestação de seus serviços ao SUS - Sistema Único de Saúde em números e percentuais a seguir:

Wany
W

(a) HIFA – Demonstrativo do cálculo do somatório dos serviços hospitalares e ambulatoriais.

RELAÇÃO DE SERVIÇOS	UNIDADE	CONVÊNIO	2023	2022
DIÁRIAS DE PACIENTES EM APARTAMENTOS/ENFERMARIAS	PACIENTE DIA	SUS	64.192	56.837
		CONVÊNIOS	1.629	1.304
		PARTICULAR	269	5
		TOTAL	66.090	58.146
NÚMEROS DE PACIENTES INTERNADOS	PACIENTES	SUS	9.556	9.142
		CONVÊNIOS	812	662
		PARTICULAR	128	4
		TOTAL	10.496	9.808
LABORATORIO	EXAME	SUS	450.807	441.324
		CONVÊNIOS	195.945	107.845
		PARTICULAR	1.142	1.055
		TOTAL	647.894	550.224
RADIOLOGIA	EXAMES	SUS	22.922	20.050
		CONVÊNIOS	2.613	1.403
		PARTICULAR	168	129
		TOTAL	25.703	21.582
ULTRASSONOGRAFIA	EXAMES	SUS	5.855	2.289
		CONVÊNIOS	95	57
		PARTICULAR	166	127
		TOTAL	6.116	2.473
FISIOTERAPIA	SESSÕES	SUS	125.316	166.377
		CONVÊNIOS	510	366
		PARTICULAR	20	9
		TOTAL	125.846	166.752
CENTRO CIRURGICO	CIRURGIAS	SUS	7.832	5.747
		CONVÊNIOS	709	436
		PARTICULAR	474	435
		TOTAL	9.015	6.618
PRONTO SOCORRO INFANTIL	ATENDIMENTOS	SUS	21.513	16.047
		CONVÊNIOS	5.533	2.539
		PARTICULAR	477	99
		TOTAL	27.523	18.685
PRONTO SOCORRO MATERNIDADE	ATENDIMENTOS	SUS	23.875	13.931
		CONVÊNIOS	1.434	727
		PARTICULAR	589	1
		TOTAL	25.898	14.659



RELAÇÃO DE SERVIÇOS	UNIDADE	CONVÊNIO	2023	2022
PAI - PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL	ATENDIMENTOS	SUS	40.126	42.845
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	40.126	42.845
POLICLINICA GENTE	ATENDIMENTOS	SUS	2.471	1.585
		CONVÊNIO PARTICULAR	1.109	710
			158	198
		TOTAL	3.738	2.493
HIFA MEDICINA OCUPACIONAL	ATENDIMENTOS	SUS	16.145	18.355
		CONVÊNIO PARTICULAR	3.943	808
		TOTAL	20.088	19.163
INSTITUTO DA CRIANÇA	ATENDIMENTOS	SUS	3.465	4.062
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	3.465	4.062
TOTAL		SUS	777.930	780.236
		CONVÊNIO PARTICULAR	226.534	134.404
			7.534	2.870
		TOTAL	1.011.998	917.510

(b) Apuração de serviços prestados

APURAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONVÊNIO	2023	2022
SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO	SUS	64.192	56.837
	CONVÊNIO PARTICULAR	1.629	1.304
		269	5
	TOTAL	66.090	58.146
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	SUS	704.182	714.257
	CONVÊNIO PARTICULAR	224.093	132.438
		7.137	2.861
	TOTAL	935.412	849.556

(c) HIFA Guarapari – Demonstrativo do cálculo do somatório dos serviços hospitalares e ambulatoriais.

RELAÇÃO DE SERVIÇOS	UNIDADE	CONVÊNIO	2023	2022
DIÁRIAS DE PACIENTES EM APARTAMENTOS/ENFERMARIAS	PACIENTE DIA	SUS	15.817	12.523
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	15.817	12.523
NÚMEROS DE PACIENTES INTERNADOS	PACIENTES	SUS	4.231	3.611
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	4.231	3.611
LABORATORIO	EXAMES	SUS	48.580	34.665
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	48.580	34.665
RADIOLOGIA	EXAMES	SUS	12.615	12.402
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	12.615	12.402
CENTRO CIRURGICO	CIRURGIAS	SUS	1.960	1.815
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	1.960	1.815
PRONTO SOCORRO MATERNIDADE	ATENDIMENTOS	SUS	10.167	9.646
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	10.167	9.646
UPAI - PRONTO ATENDIMENTO PEDIATRICO	ATENDIMENTOS	SUS	42.762	42.762
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	42.762	42.126
TOTAL		SUS	136.132	117.424
		CONVÊNIO PARTICULAR		
		TOTAL	136.132	117.424



(d) Apuração de serviços prestados

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONVÊNIO	2023	2022
SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO	SUS	15.817	12.523
	CONVÊNIO		
	PARTICULAR		
	TOTAL	15.817	12.523
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	SUS	116.084	101.290
	CONVÊNIO		
	PARTICULAR		
	TOTAL	116.084	101.290

24. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Entidade e membros próximos da família de tais pessoas.

Eventuais serviços prestados pela Entidade a tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das suas atividades, caracterizando-se basicamente por consultas, exames, internações nas mesmas condições de atendimento ao público em geral.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram submetidas à aprovação pelo Conselho Deliberativo do Hospital em 13 de março de 2024.

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


WINSTON ROBERTO SOARES VIEIRA MACHADO

Presidente do Conselho de Administração

Jose Maria de Sousa Junior

Contador

CRC/ES - 018610/O-0

Hospital Infantil Francisco de Assis

JOSE MARIA DE SOUSA JUNIOR

Contador CRC-ES 018610/O-0



HOSPITAL INFANTIL "FRANCISCO DE ASSIS"

Rua Coronel Guárdia, 100, Bairro Centro, Cachoeiro de Itapemirim-ES, CEP 29.300-070
Telefax: (28) 2101-5656/ Site: www.hifa.org.br

Parecer do Comitê Técnico Fiscal

Nós, membros do Comitê Técnico Fiscal, neste ato representados por Carlos Sapavini, advogado, designado pela Conselheiro(a) Fiscal Edma Nicoli Cipriano; Fernando Cypriano dos Santos, bacharel em contabilidade, nomeado pelo Conselheiro(a) Fiscal Juarez Monteiro Albernaz; Jose Nilton Santesso Diniz, contador, designado pelo Conselheiro(a) Fiscal Marcos Emery Elias Chatack, do Hospital Infantil "Francisco de Assis". Em consonância com o objetivo ao qual fomos designados, relativamente a nos posicionarmos, com viés eminentemente técnico, externamos que após reuniões de análises das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, do Hospital Infantil "Francisco de Assis", e complementarmente as informações gerenciais, apresentadas pela administração da entidade, bem como parecer da Auditoria Independente D'Agostini Consultoria e Auditoria S/S, correspondentes à sua prestação de contas do período mencionado, somos plenamente favoráveis a aprovação pelos membros integrantes do Conselho Fiscal.

Cachoeiro de Itapemirim (ES), 29 de fevereiro de 2024.



Carlos Sapavini



Fernando Cypriano dos Santos



José Nilton Santesso Diniz



HOSPITAL INFANTIL "FRANCISCO DE ASSIS"

Rua Coronel Guárdia, 100, Bairro Centro, Cachoeiro de Itapemirim-ES, CEP 29.300-070
Telefax: (28) 2101-5656/ Site: www.hifa.org.br

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, membros do Conselho Fiscal do Hospital Infantil "Francisco de Assis", em reunião ordinária que aconteceu no dia 29 de fevereiro de 2024 para fim específico de apreciar as Demonstrações Contábeis do Hospital Infantil "Francisco de Assis", do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e, complementarmente, as informações gerenciais relacionadas ao mesmo exercício social, apresentadas pela administração da entidade, correspondentes à sua prestação de contas do período mencionado. Após referida apresentação e satisfeitos com as respostas aos questionamentos e esclarecimentos apresentados e, ainda, baseados no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do citado exercício social, emitido pela empresa D'Agostini Consultoria e Auditoria S/S, contendo opinião sem ressalva.

Em cumprimento ao disposto no art. 43, do Estatuto Social, somos favoráveis à aprovação das Demonstrações Contábeis e, por consequência, da prestação de contas da administração do Hospital Infantil "Francisco de Assis" referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Cachoeiro de Itapemirim (ES), 29 de fevereiro de 2024.

TITULARES

Juarez Monteiro Albernaz

Edma Nicoli Cipriano

Marcos Emery Elias Chatack

SUPLENTES

Nelson Costa Filho

Whashington Luiz Fonseca Faria